

Projeto da Sistematização mantém as verbas do MEC

WILSON SILVEIRA
Da Sucursal de Brasília

O orçamento do Ministério da Educação em nada será alterado, caso prevaleça o dispositivo do atual projeto de Constituição que destina à educação 18% da receita de impostos da União (atualmente são 13%). Esta é a conclusão de um estudo elaborado por técnicos da Secretaria-Geral do MEC, encarregados de analisar as repercussões financeiras das decisões do Congresso constituinte.

Conforme o estudo, a ampliação do percentual destinado à educação servirá apenas para corrigir uma perda que o MEC terá se forem mantidos os 13%, já que a reforma tributária contida no projeto de Constituição reduziu a participação da União na arrecadação global de impostos. O estudo foi feito com base na participação média dos onze impostos arrecadados pela União no orçamento global, nos últimos sete anos.

Atualmente, segundo os técnicos, a União fica com 72,2% da receita total de impostos, repassando o restante aos Estados e municípios. Os 13% destinados à educação incidem sobre estes 72,2% e representam 9,4% da arrecadação global. De acordo com o projeto de Constituição que será votado pelo plenário, a União ficará com 52,06% da receita total de impostos. Dezoito por cento da educação representarão 9,4% do total, mesmo porcentual atualmente em vigor.

Se forem mantidos os 13%, conforme o estudo, o MEC perderá 38,7% da sua receita. Neste caso, os 13% representarão 6,8% do total arrecadado pela União. O estudo lembra que os atuais 13%, fixados pela emenda Calmon, não são integralmente repassados ao MEC: O ministério fica com 89% destes recursos, já que outros ministérios também investem em educação e ficam com 11% das verbas da União destinadas ao setor.

Estados e municípios

O levantamento dos técnicos do MEC leva a outra conclusão: se o projeto de Constituição for mantido como está, as verbas para a educação vão aumentar em níveis estadual e municipal. E que os Estados e municípios, tanto na atual Constituição como no projeto da próxima, são obrigados a destinar 25% da arrecadação de impostos ao setor. Como a arrecadação deles vai aumentar, as verbas para a educação também sobem.

Um problema considerado grave pelos técnicos é a extinção do Finsocial, contida no atual projeto de Constituição. A Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), responsável pelos maiores programas do MEC —merenda escolar e livro didático—, trabalha basicamente com recursos deste Fundo. O estudo alerta para a necessidade de substituição destes recursos por outra fonte, ou a transferência dos programas da FAE para os Estados e municípios.

O ensino superior consumiu metade dos recursos globais do Ministério da Educação no ano passado (Cz\$ 41 bilhões), conforme o estudo dos técnicos da Secretaria Geral (veja quadro ao lado).

Metade dos recursos se destina a despesas com o ensino superior

Ao 1º grau foram destinados 33%, ao segundo grau 7% e a administração ficou com 2,1%. O estudo mostra

também as fontes de receita do MEC: recursos do Tesouro (emenda Calmon), Finsocial, salário-educação, operações de crédito e outros (arrecadação própria). Analisando-se a destinação de recursos em relação às fontes de receita, percebe-se que o ensino superior absorveu 68,70% dos recursos da emenda Calmon. (WS)

OS RECURSOS DO MEC — 1986

Fontes de receita e despesas (em Cz\$ bilhões)

	Calmon	Finsocial	Salário Educação	Operações de crédito	Outras	Total
1.º grau	1,7	5,8	3,0	0,1	—	13,5
2.º grau	2,4	—	—	0,1	—	2,9
3.º grau	16,7	—	—	1,0	5,8	20,5
Administração	1,7	—	—	—	0,5	2,1
Pasep	1,2	—	—	—	0,2	1,4
Outras	0,6	—	—	—	0,2	0,6
Totais	24,3	5,8	3,0	1,2	6,7	41,0

Fonte: Secretaria Geral/MEC